



Palavra e Poder: uma análise das publicações da
Revista Brasileira de Estudos Políticos à luz das teorias
de Foucault¹

*Celina Pereira*²

RESUMO

A partir da genealogia do poder e da teoria do discurso de Michel Foucault, o ensaio examina publicações da Revista Brasileira de Estudos Políticos que tratam direta ou indiretamente da temática do poder e discute os fundamentos para o alcance e o impacto da RBEP.

Palavras-chave: Discurso. Poder. Foucault. Revista Brasileira de Estudos Políticos.

Recebido em 15/08/2014
Aceito para publicação em 01/05/2016

Introdução

*Ai, palavras, ai, palavras
Que estranha potência, a vossa!
Sois o sonho e sois a audácia.* (MEIRELES, 1995)

Com a devida licença da metodologia científica³, é publicado, enfim, à luz da metafórica verdade da poetisa modernista Cecília Meireles, este “ensaio

¹ Este ensaio, inspirado na “leitura” de Roberto Machado sobre a obra de Michel Foucault, decorre da minha participação, há mais de dez anos, no projeto “Potestas Scientiae, Scientia Potestae; *uma investigação do alcance e do impacto da Revista Brasileira de Estudos Políticos*”. Dedico-o à Régina, pela herança da PALAVRA; e à Cecé, de quem sou epígona, pela inspiração PODERosa.

² Mestranda em Ciência Política pela Universidade de Brasília, Brasília - DF. Bacharel em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais e em Administração Pública pela Escola de Governo da Fundação João Pinheiro, Brasília.

³ Talvez fosse também o caso de pedir *venia poethica* ao leitor.

metalinguístico” tão sonhado e audacioso – fruto da pretensão da autora de contemplar o amplo acervo histórico denominado “Revista Brasileira de Estudos Políticos”.

A palavra pode ser dita, chegando ao destinatário em tempo real, impondo seu domínio no exato momento em que é proferida. À palavra escrita, especificamente, atribui-se um poder mágico, visto que registra os saberes do homem, permite o acesso a saberes diversos e o poder sobre quem não a domina. Sua potência é tal que preserva e eterniza informações, alcança gerações, oportuniza interpretações em muitos tempos e lugares, mesmo sem o contato direto com a sua fonte.

As palavras, depois de registradas, passam a ter vida própria e realizam seu destino – completar o ciclo semântico em parceria com os mais variados interlocutores – pois, como já percebeu Montaigne, a “palavra é metade de quem a pronuncia, metade de quem a ouve”.

Nas páginas da Revista Brasileira de Estudos Políticos, palavras de grandes nomes do pensamento político mundial encontraram um porto seguro e estão ancoradas, à espera de quem esteja disposto a experimentá-las.

O projeto "*Potestas Scientiae, Scientia Potestae*; uma investigação do alcance e do impacto da Revista Brasileira de Estudos Políticos" conecta-se com o esforço empreendido pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) em manter vivo o gesto pioneiro do professor Orlando Magalhães Carvalho, criador e editor, por mais de quatro décadas, da Revista Brasileira de Estudos Políticos (RBEP), incorporada ao Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Direito, na condição de periódico de circulação internacional. Trata-se, portanto, de investigar o alcance da RBEP, parte de uma ciência do poder, e o poder das ideias ali preservadas.

O mosaico de temas abordados na Revista Brasileira de Estudos Políticos assinala seu signo de arauto, por excelência, das diversas áreas do saber. Assinam os ensaios cientistas políticos, juristas, sociólogos, historiadores, filósofos e outros tantos nomes do meio acadêmico nacional e internacional. Os debates que tiveram a Revista como veículo refletem pesquisas, conferências, textos mais livres e estudos de grande repercussão.

E, após o trânsito pelos mais de noventa números, identifica-se a presença das **relações de poder** como fenômeno social, inerentes a qualquer circunstância em que dois ou mais indivíduos ou grupos estejam envolvidos. A Revista Brasileira de Estudos Políticos é *locus* privilegiado do **poder político** e

de suas mais distintas manifestações, seja pela via de instituições, movimentos ou práticas sociais – estudo das administrações locais, perpassando por pesquisas de sociologia eleitoral, debates sobre o constitucionalismo e o Direito comparado, leituras ou releituras da história política brasileira, discussões sobre Direito Internacional e relações exteriores.

O elemento inspirador deste ensaio foi a constatação de que, nas centenas de trabalhos publicados na RBEP, **o poder**, quando não aparece como **protagonista**, compõe o **pano de fundo**. E os “roteiros” apresentam-se como **discursos** portadores do saber, como poderosos porta-vozes de crenças, teorias e sonhos.

O trabalho apresenta, inicialmente, a **analítica do poder** desenvolvida por **Michel Foucault**, filósofo do século XX. A escolha do marco teórico, impulsionada pela leitura dos artigos da Revista, deve-se à metodologia utilizada pelo autor, que realiza um salto da análise arqueológica do saber em direção à genealogia do poder. Em seguida, é abordada sua **teoria do discurso**, em que foram buscados alguns fundamentos para o alcance, impacto e repercussão da Revista Brasileira de Estudos Políticos. Na seção seguinte, são brevemente analisados artigos que tratam, direta ou indiretamente, da temática do **poder**. Por fim, problematizam-se os exames clássicos das **relações de poder**, suas manifestações nos artigos da RBEP e o modelo proposto por Foucault.

1. A analítica do poder em Foucault

1.1 A arqueologia do saber

“Eu governo os que governam o mundo” (ROTerdã, sd, p. 18)

Erasmus de Roterdã, nos idos de 1509, dá voz à Loucura. Esta “energia criativa das ações humanas”, *ratio* última da alegria de deuses e homens, expressa seu domínio até mesmo sobre os mais absolutos dos monarcas. Quase cinco séculos depois, Michel Foucault fala em nome de uma loucura amordaçada por um “saber dominado”, por um discurso carregado de poder.

O filósofo do século XX, discípulo de Nietzsche, põe em julgamento uma prática de saber que garantiu e legitimou o arbítrio e o abuso contra os loucos da Idade clássica. A psiquiatria da época, munida por um discurso dominante, coloca o indivíduo mentalmente perturbado como inútil, perigoso e

resultado do “mal” (MACHADO, 1982). Este discurso imperativo traveste-se de intérprete exclusivo da realidade, determinando as práticas sociais de uma época. “As análises de Foucault apontam que o poder elegeu a loucura, muniu-se de um saber médico, associou-se aos rituais de espiritualidade, institucionalizando a loucura e estigmatizando o sujeito louco em nome da razão médica” (PEREIRA, 2003, p. 47).

Nessa investigação, Foucault lança mão daquilo que ele mesmo denomina “procedimento arqueológico” – extração, escavação dos princípios por trás da loucura, além da busca pela constituição dos saberes através das inter-relações discursivas. Machado (1982) entende que a arqueologia propunha-se a responder a *como* os saberes apareciam e se transformavam. Seu estudo partiu da hipótese segundo a qual “a questão das relações entre as práticas discursivas e as práticas de poder reduzia o louco a um objeto patológico normatizado pela prática médica” (PEREIRA, 2003, p. 44).

As análises de Foucault transcendem o exame arqueológico da loucura e sobrevoam outros campos de investigação em que o binômio saber-poder chama a atenção do autor. Em 1961, é publicada a obra *História da Loucura*, trabalho em que o filósofo apresenta a psiquiatria não como o instrumento que entendeu e libertou a loucura, mas como ferramenta que possibilitou o domínio sobre os loucos. Quase quinze anos e várias obras mais tarde, *Vigiar e Punir* dirige o foco ao poder disciplinar nas prisões. O autor apresenta a justificativa da abordagem da análise: “a prisão é o único lugar onde o poder pode se manifestar em estado puro em suas dimensões mais excessivas e se justificar como poder moral” (FOUCAULT, 1982, p. 77). E reitera que, nas prisões,

o poder não se esconde, não se mascara cinicamente, se mostra como tirania levada aos mais ínfimos detalhes, e, ao mesmo tempo, é puro, é inteiramente ‘justificado’, visto que pode inteiramente se formular no interior de uma moral que serve de adorno a seu exercício: sua tirania brutal aparece então como dominação serena do Bem sobre o Mal, da ordem sobre a desordem. (FOUCAULT, 1982, p. 77)

Nessa fase de seus estudos, o filósofo mantém os olhos fixos sobre o exercício do poder disciplinar legitimado pelo discurso que impera; o “recorte”, no entanto, é O ambiente prisional das sociedades modernas. O indivíduo, neste contexto, é alvo inexorável do poder disciplinar que, consoante Roberto Machado (1982), não o destrói; ao contrário, ele o fabrica. O estudioso constata, nos seus trabalhos, que não há reflexo mais nítido do exercício de poder do que

nas práticas disciplinares entendidas como “*métodos que permitem o controle minucioso das operações do corpo, que asseguram a sujeição constante de suas forças e lhes impõem uma relação de docilidade-utilidade*” (FOUCAULT, 1987, p. 39).

A disciplina é, pois, técnica de gestão e adestramento de homens. Mais do que um somatório de práticas que visam a tornar o homem “dócil e útil”, Michel Foucault apresenta a disciplina como “*um princípio de controle da produção do discurso*” (FOUCAULT, 2001a, p. 36) e como meio utilizado para concretizar o que é proclamado pelo discurso.

1.2 A genealogia do poder

Se no decorrer de sua análise arqueológica Foucault realiza uma escavação em busca das origens dos “saberes dominados”, a próxima fase de seus estudos pretende explicar o comportamento dessas “peças das relações de poder”. Como bom seguidor, adota – ou, quem sabe, recebe de herança – a terminologia nietzscheana “genealogia”, e apresenta uma nova versão do seu exame do poder: a que refuta a teoria de que os poderes estariam localizados em pontos específicos da estrutura social; a partir de então, toda investigação do filósofo gira em torno do entendimento de que o poder é exercido através de redes e está em constante circulação. Assevera que “*o poder não se aplica aos indivíduos, passa por eles*” (FOUCAULT, 2001b, p. 83), e são eles seus centros de transmissão.

A abordagem genealógica empreende vigorosa tentativa de deslocamento das questões ordinariamente formuladas acerca do poder. Agora, não se pretende mais questionar a razão da dominação exercida por alguns, o que procuram e qual a estratégia que adotam, mas como funcionam os processos que sujeitam os corpos, gestos e comportamentos. Nos dizeres do próprio filósofo:

Onde há poder, ele se exerce. Ninguém é, propriamente falando, seu titular; e, no entanto, ele sempre se exerce em determinada direção, com uns de um lado e outros do outro; não se sabe ao certo quem o detém; mas se sabe quem não o possui.
(FOUCAULT, 2001b, p.75)

Para Foucault (1979, p. 89), “*o poder não é uma instituição, não é uma estrutura, não é uma potência da qual alguns seriam dotados: é o nome que se*

empresta a uma situação estratégica". Antonius Jack Vargas Escobar (1985, p. 210), leitor de Foucault, diz que, para o mestre, “*o poder não tem identidade*”, “*ele não possui uma matriz única*”, “*são correlações de força que encontram apoio umas nas outras, formando sistemas ou cadeias*”.

Na construção de sua análise genealógica, portanto, Foucault tem como “atmosfera” a análise do poder como algo que só funciona em malhas que permitem sua circulação constante. De singular inovação, também, é seu “solo”:

Trata-se (...) de captar o poder em suas extremidades, em suas últimas ramificações, lá onde ele se torna capilar; captar o poder nas suas formas e instituições mais regionais e locais principalmente no ponto em que (...) ele se prolonga, penetra em instituições, corporifica-se em técnicas e se mune de instrumentos de intervenção material (FOUCAULT, 2001b, p. 182).

É este procedimento metodológico que é denominado, pelo próprio autor, de “análise ascendente”:

a maneira como os fenômenos, as técnicas e os procedimentos de poder atuam nos níveis mais baixos; como estes procedimentos se deslocam, se expandem, se modificam, mas sobretudo como são anexados por fenômenos mais globais (FOUCAULT, 2001b, p. 184).

O ponto de partida é, pois, os níveis moleculares, periféricos, do exercício do poder. A escavação arqueológica, que antes dirigia seus esforços no intento de levantar as constituições dos saberes regidos pelo poder, é embalsamada e cede terreno para uma nova abordagem: a que apresenta a mecânica dos “micropoderes” como objeto.

O filósofo examina as múltiplas formas de dominação que podem ser exercidas. Explicando o cerne de sua concepção, declara Foucault que a dominação não é entendida como

o rei em sua posição central, mas os súditos em suas relações recíprocas; não a soberania em seu edifício único, mas as múltiplas sujeições que existem e funcionam no interior do corpo social (FOUCAULT, 2001b, p. 181).

A investigação volta-se, conforme registro do autor, para

esta coisa tão enigmática, ao mesmo tempo visível e invisível,

presente e oculta, investida em toda parte, que se chama poder. A teoria do Estado, a análise tradicional dos aparelhos do Estado, sem dúvida, não esgotam o campo de exercício e de funcionamento do poder. (FOUCAULT, 2001b, p. 75)

O filósofo lança uma insurreição contra a concepção de que o Estado seria o órgão central e único de poder, ou de que a malha de poderes seria uma extensão dos efeitos do aparelho estatal, ou um simples prolongamento de sua ação.

Essa análise “da periferia” está longe de sublinhar a desconsideração da posição fundamental do Estado como instituição de poder. O aparelho estatal é, sim, compreendido como “*um instrumento específico de um sistema de poderes que não se encontra unicamente nele localizado, mas o ultrapassa e o complementa*” (MACHADO, 1982, p. XIII). Há formas de exercício de poder não necessariamente criadas pelo Estado, mas sem as quais sua sustentação torna-se inexequível. Afirma Roberto Machado, um dos intérpretes de Michel Foucault, que

Foi muitas vezes fora dele [do Estado] que se instituíram as relações de poder, essenciais para situar a genealogia dos saberes modernos que, com tecnologias próprias relativamente autônomas, foram investidas, anexadas, utilizadas, transformadas por formas mais gerais de dominação concentradas no aparelho do Estado. (MACHADO, 1982, p. XIII)

Este estudo ascendente, com objetos bem demarcados – os mecanismos da exclusão, os discursos dominadores, os aparelhos de vigilância, a medicalização da sexualidade, da loucura, da delinquência – tem o intuito, portanto, de demonstrar que o Estado não é o ponto de partida necessário e absoluto, apesar de os micropoderes estabelecerem relações diversas com o aparelho estatal, sendo inclusive “colonizados” e institucionalizados por ele em certos tempos e lugares.

2. O discurso em Foucault: o saber carregado de poder

Antes de tomar a palavra, gostaria de ser envolvido por ela e levado bem além de todo começo possível (FOUCAULT, 2001a, p. 5)

Além do salto da análise arqueológica do saber à abordagem genealógica do poder, Michel Foucault apresenta a instância do discurso como resultado de

diversos sistemas de controle da palavra. A comunicação, em vez de ser a livre expressão das relações entre os sujeitos, emerge como uma luta **com** a palavra e **pela** palavra. Os poderes não mais incidem somente sobre os corpos – como é tratado em sua analítica do poder – por meio da imposição das práticas disciplinares, do gerenciamento da criminalidade, da imposição de limites à expressão da sexualidade; atingem também as palavras e são exalados pelos discursos que almejam legitimar essas práticas de dominação.

As relações de poder são analisadas em suas capilaridades, como eventos transitórios e, portanto, ilegíveis *a priori* (MACHADO, 1982). Por seu caráter circulante, só são passíveis de análises após sua instauração. Contudo, considera o filósofo que as formas de poder requerem formas de saber, concretizadas pelo **discurso**. As relações de poder não podem funcionar sem uma produção, acumulação, circulação e funcionamento do discurso. De acordo com Roberto Machado,

O fundamental da análise é que saber e poder se implicam mutuamente: não há relação de poder sem constituição de um campo de saber, como também, reciprocamente, todo saber constitui novas relações de poder. Todo ponto de exercício de poder é, ao mesmo tempo, um lugar de formação de saber. (MACHADO, 1982, p. XXI)

No discurso, o poder tem condições de se exteriorizar de maneira camuflada ou, no mínimo, sutil e eufêmica. O saber torna-se dominado, refém de um fim imperativo, categórico e decisivo. Mas onde se encontra, afinal, o perigo do discurso? Foucault responde que

em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade. (FOUCAULT, 2001a, p.8-9)

Além de instrumento de dominação, o discurso é apresentado também como ferramenta de exclusão, mais especificamente de interdição. “*Sabe-se bem que não se tem o direito de dizer tudo, que não se pode falar de tudo em qualquer circunstância, que qualquer um, enfim, não pode falar de qualquer coisa*” (FOUCAULT, 2001a, p.9). Assim, o instrumento discursivo obedece a uma ordem, a uma estrutura predefinida, e apresenta-se como proclamador de uma moral dominadora, englobante, tirânica. Definem-se, assim, os detentores

legítimos da verdade, porta-vozes de um discurso resultante de um jogo de três tipos de interdições – tabu do objeto, ritual da circunstância, direito privilegiado ou exclusivo do sujeito que fala.

Longe de ser um elemento transparente e neutro de expressão, o discurso é usado, nas sociedades capitalistas modernas, como transporte dos saberes acerca da sexualidade, da loucura, da criminalidade e da doença. E o exercício desses micropoderes é a mais evidente expressão da produção desses saberes que, travestidos de legitimidade e de verdade, justificavam os procedimentos adotados em relação ao louco, ao criminoso e ao doente; afinal, *“somos submetidos pelo poder à produção da verdade e só podemos exercê-lo através da produção da verdade”* (FOUCAULT, 2001a, p. 180).

As relações entre as práticas discursivas e as práticas de poder, por exemplo, *“reduziam o louco a um objeto patológico normatizado pela prática médica”* (PEREIRA, 2003). Convicto a respeito de seu ponto, reafirma Foucault que *“o poder, para se exercer, é obrigado a formar, organizar e pôr em circulação um saber, ou melhor, aparelhos de saber”* (FOUCAULT, 2001a, p. 186).

Segundo Foucault (1995, p. 144), *“de uma maneira ou de outra, as coisas ditas dizem muito mais do que elas próprias”*; e *“um mesmo conjunto de palavras pode dar lugar a vários sentidos, e a várias construções possíveis”*. Desse modo, a análise do discurso pretende encontrar as regras anônimas que definem as condições de existência dos acontecimentos discursivos. Discute-se, por exemplo, *“como a criminalidade pôde tornar-se objeto de peritagem médica, ou o desvio sexual esboçar-se como um objeto possível do discurso psiquiátrico”* (FOUCAULT, 1995, p. 59).

O projeto genealógico do filósofo pretende, pois, promover a insurreição dos saberes dominados, entendidos numa duplicidade semântica: a primeira refere-se aos conteúdos históricos que foram sepultados, mascarados em coerências funcionais ou em sistematizações formais; somente a crítica seria capaz de fazê-los reaparecer, através de instrumentos de erudição. A segunda acepção apresenta os saberes dominados como os desqualificados, insuficientemente elaborados, inferiores, desprovidos de cientificidade; os saberes oriundos do senso comum, dos indivíduos em geral (MACHADO, 1982). Nos termos de Foucault,

esta genealogia, como acoplamento do saber erudito e do saber das pessoas, só foi possível e só se pôde tentar realizá-la à

condição de que fosse eliminada a tirania dos discursos englobantes com suas hierarquias e com os privilégios da vanguarda teórica. (FOUCAULT, 2001a, p. 171)

3. O discurso e o poder da/na RBEP

A Revista Brasileira de Estudos Políticos é, sim, instrumento de poder. Primeiramente, em virtude do histórico: a Revista foi dirigida, por mais de quatro décadas, pelo professor Orlando M. Carvalho, figura de grande expressão no meio acadêmico e político brasileiro; além disso, os artigos são assinados por formadores, por excelência, de opinião. De acordo com Michel Foucault, em capítulo intitulado “*Os intelectuais e o poder*”, “*o papel do intelectual não é mais o de se colocar ‘um pouco à frente’ ou ‘um pouco de lado’ para dizer a muda verdade de todos*” (FOUCAULT, 2001a, p. 71).

E o papel exercido pelos autores das centenas de textos publicados na Revista foi o de registrar correntes genuinamente brasileiras do pensamento político-jurídico, relatar perspectivas distintas acerca de mesmos temas, além de trazer para a seara política nacional debates travados em âmbito mundial . O alcance e impacto da RBEP também reafirmam sua condição de ferramenta do poder: os destinatários do discurso são alunos, acadêmicos e profissionais de todo o mundo; os periódicos sempre foram enviados a diversos países, semeando os “saberes” contidos nas páginas.

E os **saberes**, além de estarem envolvidos por esse **poder** inerente à Revista, também **relatam** o poder. As relações de poder na RBEP, muitas vezes são expressas em suas formas capilares, por meio de movimentos ou instituições que tomaram uma dimensão maior em virtude de suas características mais elementares. A partir da leitura dos trabalhos, constata-se também o caráter transitório, circulante do poder, que não possui um titular, detentor absoluto; entretanto, as abordagens apresentam o Estado como instância de máxima expressão do poder, detentora do monopólio da força institucionalizada.

A temática específica do poder é recorrente na Revista, seja como cenário ou protagonista. No campo da filosofia, da ciência política, das relações internacionais, do Direito Público e em diversas outras áreas, o poder atua como protagonista. Nesses artigos, a análise do poder apresenta-se como estudo fundamental, iluminado o da sociedade, o da política e o do Direito. E por mais que o poder não seja abordado, muitas vezes, de maneira direta na RBEP, é em função de seu exercício que se operacionalizam as relações e são criadas instituições. O poder aparece, nesses momentos, como suporte, pano de fundo,

cenário para o tema principal.

3.1.O poder como cenário

3.1.1 O poder sob uma perspectiva histórico-sociológica

Na primeira publicação, ocorrida em 1956, Gilberto Freyre trata do instituto da escravidão e do regime monárquico e imperial como fatores determinantes da forma de ação da sociedade brasileira em tempos de crise política. *A escravidão, a monarquia e o Brasil moderno* demonstra como o Brasil, também pelo fato de não ter conhecido o caudilhismo e as revoluções típicas da América Latina, apresenta traços bem peculiares em sua realidade político-cultural.

Nesse exame, fica clara a observação de instituições e práticas históricas exercendo o papel de fios condutores dos rumos de uma nação. A forma como foi implementado e mantido o **exercício do poder** – seja através do regime escravocrata, seja através da instauração da monarquia e do império – arraigou práticas e vícios no modo de agir da sociedade.

3.1.2. As eleições como instrumental de legitimação do poder

A RBEP apresenta um vasto estudo sobre sociologia eleitoral. Os trabalhos são desenvolvidos por pesquisadores de todos os cantos, retratando a dinâmica das eleições e o posicionamento dos partidos no cenário político brasileiro. Artigos que se propõem a lançar os olhos sobre o efervescente período das eleições são encontrados em vários números da Revista.

O número 43, publicado em 1976, é dedicado exclusivamente ao tema, levantando discussões acerca do interesse do cidadão pelo exercício do direito ao voto, a incidência de votos brancos e nulos, as práticas político-partidárias das lideranças locais e as disputas entre os partidos. As análises são singularmente interessantes por abordarem o contexto político brasileiro sob o império do regime militar.

Em artigo intitulado *Dinâmica das transformações eleitorais em Minas Imperial*, Evantina Pereira Vieira constata a importância da expansão cafeeira nas transformações observadas na Província de Minas Gerais no século XIX,

com especial enfoque para a Zona da Mata. A análise desenvolvida pela autora demonstra os reflexos do crescimento da produção do café nos aspectos econômico, demográfico e político da região, sendo responsável pelo aguçamento dos ideais republicanos e federalistas e, principalmente, pela reformulação do sistema eleitoral. “*As contradições e conflitos gerados pelas modificações que se processam na estrutura econômica e o desequilíbrio crescente entre esse poder e o político põem em risco as estruturas tradicionais*” (VIEIRA, 1979, p. 99).

3.1.3 A literatura política afronta o poder

Amostra de lucidez conjugada com ternura é o artigo de autoria de Maria José de Queiroz, do ano de 1988. O trabalho literário, inspirado em *Memórias do Cárcere*, de Graciliano Ramos, e *Tempo de Servidão*, de Ivan Bicharra, “*vai direto à sensibilidade, às emoções*” (QUEIROZ, 1988, p. 228), relê e revive os testemunhos daqueles que tiveram seus dramas registrados na literatura política.

Os escritores, massacrados pelo poder, exercem sua liberdade pela via da “eternização” de seus relatos; e, desse modo, afastam os obstáculos criados pela contingência e acabam por ser detentores de um poder – o de colocar, em letra de forma, suas inquietudes frente ao regime do Estado Novo.

3.1.4 Constituição: estatuto do poder

Para Diogo de Figueiredo Moreira Neto, a Constituição é um “*estatuto onímodo do poder*” (MORERA NETO, 1992, p. 22). E o Direito Constitucional, na visão de Carl Friederich, é o estudo da racionalização dos processos do poder. A diversidade de artigos em torno do tema do constitucionalismo na Revista Brasileira de Estudos Políticos permite o acesso a interpretações de renomados acadêmicos e juristas de projeção mundial.

Raul Machado Horta, em ensaio publicado em 1995, debate a questão da atividade paralela do Poder Executivo no exercício de atribuições legiferantes, invadindo o monopólio da lei no Poder Legislativo. *Poder Legislativo e Monopólio da Lei no Mundo Contemporâneo* propõe medidas de afastamento ou, pelo menos, redução drástica da atuação executiva na produção de leis.

Em artigo publicado em 1985, o professor Antônio Álvares da Silva

expõe as razões político-filosóficas que influenciaram as constituições modernas e analisa a Constituição brasileira então vigente, especialmente no capítulo sobre a ordem econômica e social, além de conferir especial enfoque aos institutos trabalhistas consagrados. A respeito dos “*estatutos do poder*”, afirma o autor que “*todos os sistemas jurídicos (...) servem à ideologia dominante, pois nenhuma conduta humana pode ficar aquém do horizonte histórico a que se acha vinculada*” (SILVA, 1985, p. 377).

Em *Teoria do Poder Constituinte*, José Alfredo de Oliveira Baracho aborda, dentre outras questões, os “*problemas da legitimidade e legalidade do poder político*”. (BARACHO, 1981, p. 13). Nesse estudo, antes de buscar os fundamentos do poder constituinte, sua natureza e titularidade, o autor conceitua o poder e defende que este não é um fenômeno autônomo que se realiza por si próprio, mas um meio para atender a certa finalidade social. Por fim, levanta a discussão a respeito da convocação da Assembléia Constituinte e de seu funcionamento.

3.2. O poder como protagonista

3.2.1. O poder político

No primeiro artigo do número inaugural da Revista Brasileira de Estudos Políticos, Hermes Lima apresenta *Notas sobre a natureza do poder político*. Precedendo qualquer publicação no periódico, o professor Orlando M. Carvalho teve o cuidado de “adubar o terreno” para a vinda de textos posteriores. Nesse artigo, o autor apresenta o poder como relação social que, por definição, não pode ser considerada propriedade de algum indivíduo ou grupo. No desenrolar da exposição, são propostas as questões: somente a força bruta estaria na base do poder? Que outro (s) elemento (s) comporiam seu tecido conjuntivo?

Argumenta o autor que a coesão social não resulta, de maneira alguma, do comportamento espontâneo dos indivíduos. O poder representa, assim, um instrumento organizador da ordem social; não se efetiva pela vontade arbitrária ou exclusivamente pela violência. Nesse sentido, a autoridade – que lança suas raízes em determinada situação social – está, sim, sempre imersa em razões e justificativas que a legitimam. Por serem tais situações mutáveis – laços se formam e se rompem –, o poder também não possui território fixo. Onde houver relações, estará presente e será seu detentor temporário aquele que tiver a “*capacidade de agir sobre sentimentos e atos alheios*” (LIMA, 1956, p. 22).

3.2.2 O poder e os mitos

Em artigo publicado em 1991, Arthur José de Almeida Diniz apresenta a arte de conduzir a guerra como “fonte de poder e de hierarquia”. Em *O poder os mitos*, o autor coloca o estudo da guerra como uma descida ao subconsciente da sociedade contemporânea, na medida em que as práticas de combate, a seu ver, retratam impulsos pré-históricos do ser humano, levando-o a crer “no aumento da intensidade da crueldade do homem contra o homem”.

O ensaio, que se propõe a tratar deste fenômeno milenar – a arte de guerrear – considera que “*o poder, para ser compreendido em sua profundidade, tem de ser considerado sob o enfoque da guerra*” (DINIZ, 1991: 70). Considera, pois, que “*o que explica a existência das relações internacionais é a luta pelo poder em graus diversos*” (DINIZ, 1991: 67). E talvez não haja expressão mais nítida dessa luta, em toda a história da humanidade, do que os conflitos entre povos. “*Assim, o poder, luta da espécie humana pela vida é a vis atractiva dos componentes da comunidade internacional*” (DINIZ, 1991, p. 67).

Utilizando lições da psicanálise, Arthur José de Almeida Diniz estabelece estreita relação entre poder e mito. As crenças dos homens e o caráter paradoxal e demasiadamente complexo do real tornam a tarefa de compreender os sinais do cotidiano semelhante à de interpretar sonhos. O homem contemporâneo permanece, assim como os povos primitivos, crente em sua onipotência. O jogo político, desse modo, é conduzido de maneira muitas vezes “irracional”, de acordo com as exigências do mercado e da guerra. Nessa indagação sobre o impacto do poder – manifestado nos conflitos e nas práticas da sociedade mundial contemporânea –, o autor convida para a “*ruptura com o passado e o presente*” (GARAUDY, 1981: 29).

3.2.3 Liturgia barroca do poder

“*Nenhum poder prescindiu de uma ritualística que o sacralizasse em sua indestrutibilidade, intemporalidade ou legitimidade*” (TOLEDO, 1998, p. 121). Em “*A Liturgia Barroca do Poder*”, artigo publicado em 1998, José Luís Dutra de Toledo retrata a associação do sagrado com o profano nas cerimônias barrocas. As mesclagens de figuras e símbolos visavam ao encantamento do público-alvo, numa “intensa realização simbólica da Unidade”.

“*Esta coesão cênica no barroco relembra a busca alquímica de uma*

cola no mundo” (TOLEDO, 1998, p. 124). O poder, utilizando-se desses instrumentais – mescla de retórica, música, teatro, moda, aparências e essências, prédios e arredores – afirmava e ritualizava o seu exercício. Os monarcas portugueses recorriam, usualmente, às encenações festivas de alegorias dos poderes cívico-religiosos, por meio das quais afirmavam a hegemonia unificadora do rei. Esta liturgia da unidade como ferramenta do poder operou em Portugal, França e até mesmo no Brasil, especialmente em Vila Rica do Ouro Preto.

3.2.4 O (s) poder (es) no federalismo

A Revista publicada em janeiro de 1970 é um número especialmente dedicado ao federalismo, alternativa à centralização do poder político pela via da separação espacial e da abstrata equiparação. Sob a égide da Constituição de 1967, é apresentada, pelos diversos autores, a trajetória percorrida pelo federalismo brasileiro e suas tendências.

A repartição dos poderes entre os entes da Federação só deu reais sinais de efetivação em seu período nascedouro, talvez em virtude dos ânimos antiimperialistas. Em toda a história do constitucionalismo brasileiro até então, conforme posição da maioria dos que assinaram a publicação dos artigos, a União exerceu sua dominadora influência nas competências das demais esferas, além de participar de forma preponderante na repartição do bolo tributário.

Seabra Fagundes, em *A expansão dos poderes federais*, afirma que “o poder político, qualquer que seja a sua origem ou modalidade de exercício, tende sempre, ainda que com intensidade variável, para o fortalecimento do poder central” (FAGUNDES, 1970, p. 61). De acordo com o ex-Ministro da Justiça, que sintetiza o posicionamento dos outros autores que escrevem nesse número especial, “o Estado federal não foge à vocação centralista do poder político” (FAGUNDES, 1970, p. 62).

4. Considerações finais

A trajetória percorrida por Foucault é, na verdade, um desvio das “teorias de soberania” triunfantes até então. A maioria das análises apresenta o Estado como patamar, sede das relações de poder. Foucault acredita que “se deve cortar a cabeça do rei” e dirigir os holofotes às microrrelações de poder. Estes movimentos específicos, capilares, acabaram por se ampliar e se tornaram

grandes focos de poder.

Não existe, para Foucault, uma consciência coletiva, uma “grande intencionalidade” condutora do processo histórico. A História não tem um sentido, o que não quer dizer que seja absurda ou incoerente. Ao contrário, é inteligível e deve ser “*analisada em seus menores detalhes, segundo a inteligibilidade das lutas, das estratégias, das táticas*” (FOUCAULT, 2001a, p. 5).

Longe de representar uma pretensão à formulação de uma “teoria do poder”, a abordagem de Michel Foucault é, sim, um chamado para uma nova forma de pensar as relações de poder. Seu modelo é, antes de tudo, hipoteticista – a proposta é que seja abandonada a “visão aérea”, e se recorra à lupa. São suas declarações:

quando penso na mecânica do poder, penso em sua forma capilar de existir, no ponto em que o poder encontra o nível dos indivíduos, atinge seus corpos, vem se inserir nos seus gestos, suas atitudes, seus discursos, sua aprendizagem, sua vida quotidiana.
(FOUCAULT, 2001b, p. 131)

O giro metodológico realizado por Michel Foucault – entendido como **possibilidade** – prescinde de comentários quanto à originalidade e coerência. A “descida” rumo às formas capilares de exercício de poder almeja possibilitar o entendimento de grandes acontecimentos e práticas sociais a partir do nível micro. O que o filósofo realiza é um convite para que as relações sejam analisadas sob uma nova perspectiva.

Na investigação sobre a fundamentação do poder político, inúmeras são as teorias levantadas ao longo da História – desde a concepção aristocrática de Platão, o homem como animal político de Aristóteles, o realismo político de Maquiavel, o Estado domador de Hobbes, o liberalismo de Locke, a divisão de poderes de Montesquieu, a vontade geral de Rousseau, até a luta de classes de Marx e Engels (COTRIM, 2002).

Diogo de Figueiredo Moreira Neto acredita, assim como Michel Foucault, que “o poder não está apenas no Estado: está em toda a sociedade. Não basta em política estudar apenas o Estado”. Contudo, completa o autor que “*é preciso, igualmente, (...) não perder de vista que o poder estatal não exclui o poder grupal de outras instituições, nem muito menos o poder individual, que é o fenômeno básico e originante dos demais*” (MOREIRA NETO, 1992, p. 18).

Não há dúvidas quanto à existência das mais diversas maneiras de expressão do poder, reveladas tanto nas pequenas dimensões quanto no nível macro. O ponto em que as análises se contrapõem reside muito mais na “maneira como se olha”. Foucault acredita que “*não é a dominação global que se pluraliza e repercute até embaixo*” (FOUCAULT, 2001b, p. 184). As demais teorias, porém, direcionam a abordagem para o poder exercido **no** Estado e **pelo** Estado; as outras relações de poder, portanto, estariam, no mínimo, submetidas ao império do ordenamento jurídico – institucionalizador, por excelência, das regras de convivência entre os homens.

O enfoque dado pelos artigos da RBEP aponta, sim, para o caráter circulante do poder. As quedas e ascensões de partidos, grupos, nações e regimes assinalam sua dimensão transitória, em que inexiste um titular. Porém, de forma tirana ou “pacífica”, com menor ou maior intensidade, o Estado teve, desde que se constituiu como tal, o monopólio da força institucionalizada e regeu as relações entre os homens. Se há um proprietário do poder, ele é o Estado.

O que deve ficar bem sublinhado é que não existe maneira “mais legítima” de realizar a análise das relações de poder. Pode-se partir das relações no nível micro, como também iniciar pelo aparelho estatal. Afinal, a dinâmica do poder é cíclica, perpassando pelo “centro” e repercutindo até aos graus mais elementares da estrutura social, sem que exista um foco necessário ou exclusivo. Difícil tarefa é a de desconsiderar totalmente a função do Estado nesse contexto de circulação do poder.

Na Revista Brasileira de Estudos Políticos, estão sob análise as mais diversas maneiras de manifestação do poder; contudo, até mesmo em virtude de sua *ratio essendi*, os trabalhos acerca do poder, tanto como cenário quanto protagonista, não prescindiram da consideração, mesmo que implícita, do papel central e norteador exercido pelo Estado. As instituições criadas pelo Estado foram apresentadas como variáveis determinantes de práticas e direcionadoras do processo histórico – desde os institutos da escravidão e monarquia, o processo eleitoral, a Constituição, a guerra, os rituais de sacralização do poder, o federalismo, até a literatura política amordaçada pelo regime do Estado Novo.

A Revista dirigiu seu foco, pois, ao poder político. Para Bobbio (2000, p.940), “*o campo em que o poder ganha o seu papel mais crucial é o da política*” (BOBBIO, 2000, p. 940). E são palavras de Moreira Neto (1992, p. 253):

A política gira, portanto, em torno do poder estatal, pois este é o

núcleo de direção da sociedade a que, basicamente, ele se refere, mas o transcende em todas as demais manifestações de poder que, de alguma forma, lhe digam respeito.

Afora o método utilizado para a compreensão do poder, fato é sua natureza de fenômeno social, mais especificamente, de fenômeno político. Há que se admitir a importância de sua análise para que seja compreendida a História e se possa ser agente do presente e do futuro. A RBEP, portanto, por meio das **palavras de sujeitos de poder**, apresentou o **poder** como seu mais vivo **objeto**.

E hoje, seis décadas após o seu nascimento, podem-se considerar efetivados os votos de Milton Campos que, na apresentação do primeiro número do periódico, em 1956, expressava, com ambição e esperança, sua torcida para que a Revista estivesse “*em condições de ser útil à inteligência brasileira e de contribuir para a evolução mais rápida e mais ordenada da nossa civilização*” (CAMPOS, 1956, p. 8).

Referências

- BARACHO, José Alfredo de Oliveira. Teoria do poder constituinte. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*. Belo Horizonte, n.52, pp.7-58, jan.,1981.
- BOBBIO, Norberto. *Dicionário de Política*. 5.ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2000.
- CAMPOS, Milton S. Apresentação. In *Revista Brasileira de Estudos Políticos*. Belo Horizonte, n.1, pp.7-8, dez, 1956.
- COTRIM, Gilberto. *Fundamentos da filosofia*. 15. ed. São Paulo: Saraiva, 2002.
- DINIZ, Arthur José de Almeida. O poder e os mitos. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*. Belo Horizonte, n. 72, pp.67-81, jan., 1991.
- ESCOBAR, Antonius Jack Vargas. “Genealogia e política”. RIBEIRO, Renato Janine. *Recordar Foucault*. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- FAGUNDES, M. Seabra. A expansão dos poderes federais. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*. Belo Horizonte, n. 28, pp.61-75, jan., 1970.
- FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.
- FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. 7. ed. São Paulo: Loyola, 2001a.
- _____. *História da sexualidade I – A vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- _____. *Microfísica do poder*. 16. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2001b.
- _____. *Vigiar e Punir*. Petrópolis: Vozes, 1987.
- FREYRE, G. A escravidão, a monarquia e o Brasil moderno. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, Belo Horizonte, n.1, pp. 39-48, dez., 1956.

- GARAUDY, Roger. *Apelo aos vivos*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1981.
- HORTA, Raul Machado. Poder Legislativo e Monopólio da Lei no Mundo Contemporâneo. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*. Belo Horizonte, n. 81, p.7-28, jul., 1995.
- LIMA, Hermes. Notas sobre a natureza do poder político. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*. Belo Horizonte, n.1, pp.9-22, jul., 1956.
- MACHADO, R Introdução. In: FOUCAULT, M. *Microfísica do Poder*. 3. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1982.
- MEIRELES, Cecília. *Romanceiro da Inconfidência*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1995.
- MOREIRA NETO, Diogo de Figueiredo. *Teoria do Poder*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1992.
- PEREIRA, A. *A analítica do poder em Michel Foucault: a arqueologia da loucura, da reclusão e do saber médico na Idade Clássica*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.
- QUEIROZ, Maria José de. O Estado Novo: de “Memórias do Cárcere” a “Tempo de Servidão”. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*. Belo Horizonte, n.67/68, pp.227-244, jul., 1988.
- ROTTERDAM, Erasmo de. *Elogio da loucura*. São Paulo: Formar, sd
- SILVA, Antônio Álvares da. O Direito Constitucional. Futuros e Perspectivas. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*. Belo Horizonte, n.60/61, p.375-398, jan., 1985.
- TOLEDO, José Luís Dutra de. Liturgia barroca do poder. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*. Belo Horizonte, n.87, pp.121-138, jul., 1998.
- VIEIRA, Evantina Pereira. Dinâmica das transformações eleitorais em Minas Imperial. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*. Belo Horizonte, n.49, p.99-143, jul., 1979, p.99.

Word and Power: an analysis of Journal of Political Studies' publications in light of Foucault's theories

ABSTRACT

From the genealogy of power and discourse theory of Michel Foucault, the article examines publications of *Revista Brasileira de Estudos Políticos* dealing directly or indirectly the theme of power and discusses the rationale for the repercussion and impact of RBEP.

Keywords: Speech. Power. Foucault. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*